

# Bolingbroke, a política, e os usos da história

## Bolingbroke, Politics, and the Uses of History

Arthur Alfaix Assis

### PALAVRAS-CHAVE

Historiografia anglo-saxã; Iluminismo; *historia magistra vitae*

### KEYWORDS

English historiography; Enlightenment; *historia magistra vitae*

Henry Saint John (1678-1751) foi um filósofo e político britânico.<sup>1</sup> Nasceu e cresceu numa família aristocrática: o seu pai, Henry St. John, era proprietário rural e possuía o título nobiliárquico de *Sir*; a mãe, Mary Rich, era filha do segundo conde de Warwick. Não se sabe exatamente onde o jovem St. John terá estudado, mas é provável que tenha frequentado escola mantida por protestantes dissidentes da Igreja Anglicana. Ingressou na política cedo, em 1701, quando estreou na Câmara dos Comuns. Posicionando-se ao lado dos *tories*, conquistaria rapidamente a reputação de grande orador e em 1704, bem antes de completar trinta anos, já era chamado a assumir o posto de secretário de guerra, por indicação do então secretário de estado Robert Harley.

Por algum tempo, a sorte política de St. John dependeria da de Harley. Quando este foi exonerado em 1708, aquele o acompanhou para fora do governo. Entretanto, em 1710, a insatisfação geral com o grande envolvimento do governo *whig* na prolongada Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1714) levaria ambos de volta ao poder. St. John assumiu então o

*1 - As informações biográficas sobre Bolingbroke foram consultadas dos resumos publicados por DICKINSON 2018 e REILL; WILSON 2004. A biografia de referência é a de DICKINSON 1970.*

posto de “secretário de estado para o departamento do Norte”, tornando-se assim responsável pela administração do Norte da Inglaterra e da Escócia, bem como pelas relações exteriores do governo britânico com os países protestantes do Norte da Europa.<sup>2</sup> Foi agraciado com o título de 1º Visconde de Bolingbroke em 1712, ganhando com isso acesso à Câmara dos Lordes. A grande realização do governo de que fez parte foi a assinatura do Tratado de Utrecht, em abril de 1713, que poria fim à guerra.

A paz com a França era uma matéria que dividia opiniões na Grã-Bretanha de então e Bolingbroke contava, nos seus esforços de propaganda, com o apoio de ninguém menos do que Jonathan Swift, com quem manteve uma longa amizade (KRAMNICK 1992, p. 11). Todavia, as suas relações com Harley – entrementes nobilitado como o 1º Conde de Oxford – seriam bem menos duradouras. Romperam-se definitivamente em 1714, quando, estando a rainha Ana já bastante enferma, divergiram quanto à melhor estratégia para a sucessão. O subsequente falecimento da rainha e a ascensão de Jorge I ao trono marcam o precoce fim da carreira de Bolingbroke como homem de estado. Ana não tinha herdeiros diretos e Jorge era o príncipe-eleitor de Hanover; um alemão, portanto, que pouco conhecia da língua inglesa e se situava em torno do quinquagésimo lugar na linha sucessória. A entronização de Jorge deveu-se a um ato do Parlamento de 1701 que estabelecia que as coroas inglesa e irlandesa deviam necessariamente ser ocupadas por protestantes. Tal lei contrapunha-se às pretensões dos descendentes de Jaime II, o rei católico da família Stuart que fora deposto pela Revolução Gloriosa em 1688. Bolingbroke conspirava para neutralizar as pretensões do príncipe alemão e para conduzir o filho de Jaime II ao poder, mas a tentativa malogrou. Diante disso, Bolingbroke exila-se na França, perde o seu título nobiliárquico e os seus direitos civis, e tem as propriedades confiscadas.

*2 - Em 1713, passaria a “secretário de estado para o departamento do Sul”, com a incumbência de administrar o Sul Inglaterra, o País de Gales, a Irlanda e as colônias e de lidar com os parceiros e inimigos britânicos no Sul da Europa e no mundo muçulmano.*

Na França, atuou por curto tempo como “secretário de estado” da corte Stuart no exílio, posto de que foi “demitido” pelo pretendente ao trono, após o retumbante insucesso da

Rebelião Jacobita de 1715. Bolingbroke passa então a dedicar-se sistematicamente aos estudos históricos, filosóficos e matemáticos. Conhece importantes nomes do cenário intelectual francês, como os filósofos Lévesque de Pouilly, Montesquieu e Voltaire, e os historiadores Joseph Alary e Henri de Boulainvilliers (KRAMNICK 1992, p. 15-16). Durante a década seguinte, Bolingbroke esforçar-se-ia por obter o perdão real que lhe facultaria o retorno à Inglaterra, mas nem por isso deixa de tirar proveito da vivência no estrangeiro. Com efeito, o impacto do exílio sobre Bolingbroke foi tamanho que, quando do seu regresso, o seu amigo Alexander Pope comentaria em carta a Swift que “desde a última vez que o viste, Bolingbroke obteve o mais alto grau de aperfeiçoamento mental que se pode atingir sem que se mude de corpo ou ser” (apud KRAMNICK 1992, p. 17).

De volta à Inglaterra em 1725, Bolingbroke readquiriu o direito de deter propriedade, mas foi mantido à distância da Câmara dos Lordes e do serviço público, por esforço do seu arquirrival, o primeiro-ministro *whig* Robert Walpole. Tentou, ainda assim, reintegrar-se como personagem principal do teatro político por meio do periódico oposicionista *The Craftsman*. Nas páginas do periódico, publica entre 1730 e 1731 os ensaios que mais tarde seriam editados com o título de *Comentários sobre a história da Inglaterra*, bem como, entre 1733-34, a sua *Dissertação sobre partidos*. As duas publicações são marcadas pela intenção pragmática de atacar o governo Walpole, e empregam para tanto a estratégia da minimização das diferenças entre *whigs* e *tories*. Denotam, assim, a tentativa (mais uma vez, no médio prazo, frustrada) de robustecer uma nova posição política – a do chamado *Country Party* – que combinava princípios caros a ambos os lados (ARMITAGE 1997a, p. xi-xvii).

Em 1735, após mais uma vitória eleitoral de Walpole, Bolingbroke retorna à França, passando a adotar a postura clássica do político aposentado que se volta, qual Cícero ou Sêneca, para os estudos filosóficos e históricos (ARMITAGE 1997a, p. xix). Não deixaria, contudo, de sucumbir à tentação de buscar influenciar o cenário político inglês, como o

demonstra a carta *Sobre o espírito do patriotismo*, de 1736, assim como o seu mais famoso trabalho, a *Ideia de um rei patriota* (1738).<sup>3</sup> Um elemento central para a compreensão do pensamento e das atitudes políticas de Bolingbroke é, aliás, a noção de patriotismo, constante dos títulos dos dois textos. Na linguagem política da época, patriotismo evocava antes a ideia de defesa da ordem estabelecida e das liberdades políticas a ela associadas, além da devoção ao bem comum e da hostilidade a interesses sectários. Inexistia, portanto, a associação entre “patriotismo” e “nacionalismo” que, cerca de um século mais tarde, se tornaria típica na semântica de diversas línguas europeias (SKINNER 2004, p. 348).

Em ambos os textos, em todo o caso, Bolingbroke não mais se dirige ao público geral. No primeiro apela exclusivamente à aristocracia para que resista às transformações surgidas no bojo da revolução financeira de finais do século 17. Conclamava-a a rejeitar a ordem econômico-social gestada da esteira da Revolução Gloriosa, a qual se caracterizava pela crescente força do capital financeiro, pelo aumento da dívida pública, e pelo concomitante aumento da influência dos financistas sobre o cenário político, notadamente com a mediação do Partido *Whig* (KRAMNICK 1992, p. 10-11; 31).<sup>4</sup> Na *Ideia de um rei patriota*, por sua vez, Bolingbroke dirige-se a um público ainda mais restrito: a própria monarquia. Com efeito, na esteira da tradição dos “espelhos dos príncipes”, o autor procura aqui apresentar os princípios que deveriam nortear a ação de um rei “patriota”, que se situasse para além das fronteiras partidárias de modo a governar em benefício do bem comum (ARMITAGE 1997b, p. 405). Lograr-se-ia, deste modo, garantir as liberdades dos cidadãos, dentro de uma constituição mista de governo, marcada pela coexistência de elementos monárquicos, aristocráticos e democráticos (ARMITAGE 1997a, p. xxi; LASHMORE-DAVIES 2008, p. 4).

\*\*\*

A reputação póstuma das obras de Bolingbroke está longe de ser incontestável, o que se deve em grande parte à má reputação pessoal do autor, cuja vida foi marcada por

3 - *Sobre a truncada história da composição e publicação desta obra, bem como sobre a sua recepção ao longo dos séculos 18 e 19, ver ARMITAGE 1997b.*

4 - *Sobre o impacto da “revolução financeira” sobre a linguagem política nas primeiras décadas do séc. 18 britânico, ver POCO-CK 1975, p. 425-461.*

ambições desmedidas, oportunismo, irascibilidade, traições, irreligiosidade e libertinagem (DICKINSON 2018; KRAMNICK 1992, p. 1-2). Quase todos os autores que investigaram ou sumariaram a trajetória de Bolingbroke lembram a pergunta escarnecedora feita por Edmund Burke em 1790: “Quem hoje ainda lê Bolingbroke, e quem é que já o leu do começo ao fim?” (BURKE 1790, p. 133). Detrações como essa foram abundantes ao longo dos séculos 18, 19 e 20 e só há poucas décadas começaram a ser contrabalançadas por um novo interesse pela trajetória política e obra do controverso autor.

Todavia, por mais intrigantes que sejam a *persona* pública e o pensamento político de Bolingbroke, este último com a sua curiosa mistura de conservadorismo e radicalismo, cumpre dar destaque aqui a uma outra e mais específica faceta da sua obra, a saber, as suas reflexões sobre a natureza e a função da historiografia. E, obviamente, o texto de sua autoria em que tais reflexões se alçam ao palco principal são as *Cartas sobre o estudo e a utilidade da história*. Datadas de 1735-36, as *Cartas* foram escritas no começo do segundo exílio de Bolingbroke. Vieram a público pela primeira vez numa edição privada de baixa tiragem em 1738 e só um ano após a morte do autor, em 1752, surgiu uma primeira edição pública, organizada pelo escocês David Mallet, que não empreendeu alterações substantivas ao texto (NADEL 1962). Todas as muitas edições das *Cartas*, publicadas nos séculos 18 e 19, têm por fonte essa edição de 1752.

Diversos intérpretes sugeriram, ao longo do tempo, que a forma epistolar escolhida por Bolingbroke para expressar os seus argumentos acerca da importância do estudo da história seria um mero artifício retórico. Para essa interpretação, o caráter privado do texto seria o resultado de uma simulação empreendida com o fito de esconder os propósitos públicos do autor. Há, contudo, evidências de que Bolingbroke, de fato, enviou as *Cartas* ao seu destinatário, Henry Hyde, visconde de Cornbury (HICKS 1987, p. 451). Cornbury era bisneto do 1º duque de Clarendon, o qual, por sua vez, fora um importante político e historiador inglês do século 17. À época

da redação das *Cartas*, Cornbury era um jovem político *tory*, que participava do círculo de amigos de Bolingbroke. O público visado por Bolingbroke nas suas *Cartas* ia claramente além deste destinatário imediato. Era então comum o costume de se lerem missivas destinadas a outrem e é muito provável que as cartas em questão tenham circulado entre os amigos opositores de Cornbury – os chamados *boy patriots* – e mesmo que Bolingbroke tivesse em vista tal circulação potencial, quando da escrita dos textos.

Mas o fato é que Bolingbroke não escreveu as *Cartas* pensando no grande público. Pensava, sim, na posteridade, numa audiência futura, num contexto político e social ainda por vir e que estivesse mais ajustado aos valores por que se empenhava. E se endereçava as *Cartas* a uma pessoa ou grupo concreto do seu próprio presente, como Cornbury e os *boy patriots*, fazia-o na expectativa de, com a sua sabedoria prática, fortalecer tais aliados na luta pelo poder (HICKS 1987, p. 455-456). Ao fim e ao cabo, Bolingbroke apostava que o futuro lhe reservaria o prestígio que o presente lhe negava. Não se pode dizer que nisso tenha logrado pleno êxito, sobretudo à luz de declarações tais como a do biógrafo oitocentista John Morley, de que Bolingbroke seria, dentre todos os personagens da história britânica, “o maior charlatão” (*apud* KRAMNICK 1992, p. 1).

Acontece que, frequentemente, a reputação conquistada nem sempre equivale àquela que foi inicialmente almejada. Bolingbroke jamais entraria para o panteão dos grandes nomes da vida política britânica, mas, quase sem querer, ganharia centralidade dentro da tradição internacional de reflexão sobre a historiografia. É, pois, desde a perspectiva dessa tradição que as *Cartas sobre o estudo e a utilidade da história* exibem um significado singular. Trata-se, sem dúvida, de “um dos mais importantes textos sobre a ideia de história na Inglaterra” (NADEL 1962, p. 557).

De Bolingbroke pode-se dizer, aliás, que foi especialista em encerrar gêneros literários. A *Ideia de um rei patriota*, por exemplo, talvez seja o último grande exemplar do velho gênero

humanista dos espelhos dos príncipes (ARMITAGE 1997b, p. 401). Do mesmo modo, as *Cartas* são uma manifestação epigonal da tradição dos tratados sobre a “arte da história”, que haviam sido marcantes na segunda metade do século 16 e em princípios do século 17 (ver GRAFTON 2007; LANDFESTER 1972; REYNOLDS 1953). Esses tratados abrigam reflexões heterogêneas, mas um traço que lhes é comum é a recorrência do tema clássico da história como um repositório de exemplos de ações pretéritas, bem ou malsucedidas. O texto de Bolingbroke apresenta o que é talvez a mais elaborada articulação dessa justificativa exemplar para a escrita e o estudo da história.

Algumas décadas após a morte de Bolingbroke, a justificativa exemplar passaria a esbarrar com fortes críticas, lançadas por autores tão diversos como Schlözer, Burke, Hegel, Savigny e Ranke, entre muitos outros (ASSIS 2014, p. 41-49). Tal descrença na velha exemplaridade histórica foi frequentemente associada à percepção de que a radicalidade e velocidade das transformações políticas e tecnológicas vivenciadas a partir do final do século 18 estavam a corroer a eficácia da experiência pretérita como fator de orientação da vida presente. Reinhart Koselleck abordou esse processo no seu famoso texto sobre a “dissolução do *topos* [*‘historia magistra vitae’*] na história moderna em movimento” (KOSELLECK 2006). A ênfase de Koselleck na “dissolução do *topos*” é exagerada e tende a ofuscar a persistência da justificativa exemplar, sob novas e velhas roupagens, não só no âmbito mais alargado da cultura histórica, mas também na obra de importantes pensadores históricos dos séculos 19 e 20. Recentemente, Christophe Bouton propôs pertinentes correções à tese de Koselleck, argumentando que o mais apropriado seria falar numa transformação ou, quem sabe, erosão do *topos* ciceroniano (BOUTON 2018).

Seja como for, o texto de Bolingbroke fornece um testemunho único da tradição de justificação exemplar da historiografia, articulado de modo bastante expressivo, algumas décadas antes do início da sua fragilização. Em Bolingbroke, assim como em muitos outros autores anteriores, a defesa do caráter

exemplar da historiografia parte do reconhecimento de que as histórias são veículos de um conhecimento prático. Como tal, funcionam antes como meios para fins que lhes são externos do que como fins em si mesmas.

O fim maior para o qual tanto a erudição quanto a historiografia devem concorrer é, para Bolingbroke, “o exercício e o melhoramento da virtude pública e privada” (BOLINGBROKE 2018, Carta II). A história, para ele, torna disponível um repositório de exemplos que os homens de estado devem conhecer a fundo, caso queiram gerir os assuntos públicos de maneira apropriada. Representa, do mesmo modo, um manancial de experiências a serem assimiladas pelos leitores com a finalidade de alimentar o autodesenvolvimento moral. É fácil perceber que uma tal definição da natureza da historiografia subordina esta aos domínios da política e da moral. Orbita, portanto, em torno da definição clássica, atribuída erroneamente a Dionísio de Halicarnasso, e algumas vezes repetida por Bolingbroke, segundo a qual a histórica seria “a filosofia que ensina por meio de exemplos”.<sup>5</sup>

Dessa premissa decorre a irritação de Bolingbroke contra aqueles para quem o conhecimento histórico se faz por puro divertimento, ou pouco mais. Colocado hipoteticamente diante da necessidade de decidir se a historiografia deve entregar conhecimento puro do passado ou conhecimento prático para o presente, Bolingbroke não teria dúvidas, nem receio de cometer aquilo que dois séculos depois Lucien Febvre condenaria como o “pecado dos pecados – o pecado entre todos imperdoável”; isto é, o anacronismo (FEBVRE 2009, p. 33). Na conclusão da sua primeira *Carta*, Bolingbroke expressa-se da seguinte forma:

Eu preferiria continuar a pensar que o Dario derrotado por Alexandre era o filho de Histaspes; preferiria usar tantos anacronismos quanto um cronólogo judeu a sacrificar metade da minha vida colecionando a tralha erudita que enche a cabeça de um antiquário (BOLINGBROKE 2018, Carta I).

*5 - Hoje se sabe que a citação em questão não provém de Dionísio de Halicarnasso (séc. 1 a.C.). O capítulo 9 da chamada Arte da Retórica, atribuída a Dionísio foi, muito provavelmente, escrito no séc. 2 d.C. Sobre o tema, ver HEATH 2003.*

Para Bolingbroke o “verdadeira utilidade da história” repousa na capacidade desta de “nos tornar cidadãos mais sábios e úteis, assim como pessoas melhores”. Quando o estudo da história não conduz a essa elevação moral, tornamo-nos “meros antiquários e eruditos”, se é que escapamos do risco de nos transformarmos em pessoas arrogantes e pedantes (BOLINGBROKE 2018, Carta III). Grandes eruditos que buscaram simplesmente ampliar o nosso conhecimento sobre certos aspectos do passado humano sem a preocupação pragmática de elaborar lições exemplares para o presente ou desconhecem ou passam por cima do “verdadeiro impulso para o estudo história” (BOLINGBROKE 2018, Carta II):

A natureza deu-nos o dom da curiosidade a fim de que exercitemos e desenvolvamos nossas mentes, mas nunca pretendeu que esse exercício fosse a principal ou única forma de aplicação da mente. O verdadeiro e próprio objetivo do uso da mente é o melhoramento constante da virtude, pública e privada. A dedicação a um estudo que não tenda, direta ou indiretamente, a nos tornar melhores homens e cidadãos corresponde, na melhor das hipóteses, a uma forma inventiva e enganosa de indolência (BOLINGBROKE 2018, Carta II).

Esse tipo de crítica incisiva à historiografia factualista encontrará, diga-se de passagem, ecos ou paralelos muito significativos em épocas posteriores: nas invectivas de Droysen contra a “objetividade de eunuco”, que para ele caracterizaria a prática historiográfica de Ranke e seus discípulos (DROYSEN 1977, p. 236-237); na ofensiva de Collingwood contra o que chamava de “história de cola e tesoura” (COLLINGWOOD 1994, p. 311-346); nas restrições de Edward Carr ao “fetichismo dos fatos” que seria característico da historiografia do século 19 (CARR 1982, p. 15-18); e, entre diversos outros, até mesmo nas relativamente mais recentes críticas de Hayden White às “ficções da representação factual” (WHITE 2001).

Além disso, é provável que o texto de Bolingbroke tenha exercido especial influência sobre a concepção da *Segunda Consideração Extemporânea* de Nietzsche. Esse ensaio, lembre-se, parte do diagnóstico de que a Alemanha da segunda metade

do século 19 estava acometida de uma “febre histórica”, no transcurso da qual se sacrificava a “vida” em favor do ideal de verdade e da erudição pela erudição (NIETZSCHE 2005). É bem possível que o título do ensaio de Nietzsche tenha sido inspirado pelo das *Cartas* de Bolingbroke, e há em todo caso paralelos impressionantes entre muitos dos argumentos presentes em ambos os escritos (JENSEN 2016, p. 1; 36-37). Muito interessante seria o trabalho que comparasse sistematicamente os dois textos, procurando demarcar as continuidades e rupturas manifestas nos argumentos nietzscheanos em relação à tradicional teoria exemplar da história, exemplificada ela própria nas ideias de Bolingbroke.

Cada um dos autores oitocentistas e novecentistas acima lembrados possui, é claro, a sua própria agenda teórica e em cada um deles a resposta à questão “para que história, afinal?” ganha um direcionamento diferente. Mas não deixa de ser curioso que em todos eles seja perceptível um elevado nível de hostilidade à tese de que o trabalho dos historiadores se resumiria ao puro e simples estabelecimento de fatos. Bolingbroke, sob esse aspecto, pode ser tomado como um dos mais robustos precursores da moderna crítica historiográfica.

Os excertos das *Cartas sobre o estudo e a utilidade da história*, abaixo traduzidos, foram selecionados com o objetivo de dar a conhecer aspectos essenciais da justificação exemplar da história desenvolvida por Bolingbroke. Fornecem testemunho do quão, simultaneamente, moderno e não-moderno é o pensamento histórico do autor. Melhor dizendo: ilustram a habilidade com que este articulou um discurso reflexivo sobre a historiografia o qual, em larga medida, está em linha de continuidade com a tradição metahistórica que remonta a Isócrates, Políbio e Cícero, embora também instaure sobre essa mesma tradição certas rupturas que prefiguram a reflexão moderna.

As *Cartas* ainda podem ser lidas como o testemunho da concepção de historiografia elaborada por um intelectual que, como qualquer outro, era filho da sua época, lugar e posição social – no caso, a primeira metade do século 18, a Inglaterra e

a aristocracia. São também o registro especial de uma longa duração discursiva, articulado poucas décadas antes de a velha teoria exemplar esbarrar com as contestações que a deslocarão para fora do posto de justificativa principal para o estudo da história. Tal deslocamento produziu transformações que não são negligenciáveis, mas – hoje talvez possamos perceber isto mais claramente do que ontem – não extinguiu a função exemplar da historiografia; nem tampouco chegou perto de suprimir as inúmeras práticas de aprendizagem pelo exemplo que, no fundo, representam formas basilares de socialização, presentes onde e quando quer que haja agrupamentos humanos.

A exemplaridade é, portanto, um tipo transcultural de relação social, cujas ressonâncias sobre os fins da historiografia não são irrelevantes. Abordando esse tema geral nos termos da relação entre o mestre e o discípulo, René Girard chegou à conclusão de que a posição do discípulo seria a chave para definir a “situação humana fundamental”. Girard supõe aqui que a ação humana se ancora, em última análise, no desejo, e reafirma que o mesmo é essencialmente mimético, pois “imita exatamente um desejo modelo; elege o mesmo objeto que este modelo” (GIRARD 2008, p. 184-185). Sendo assim, a exemplaridade torna-se um dado antropológicamente incontornável, ainda quando tensionada pelo moderno sentido para a singularidade e a mutabilidade do mundo histórico. À luz dessas considerações, pode ganhar sentido a tentativa de encontrar nas *Cartas* de Bolingbroke mais do que simples relíquias discursivas de um passado do qual já nos teríamos desviado por completo. Quem quer que por essa via consiga perceber certa, relativa, atualidade no texto, terá simultânea e automaticamente compreendido um traço importante da complexidade da questão relativa aos modernos usos da história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMITAGE, David. Introduction. *In*: Bolingbroke. **Political Writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997a, p. vi-xxiv.

ARMITAGE, David. A Patriot for Whom? The Afterlives of Bolingbroke's Patriot King. **Journal of British Studies**, Vol. 36, No. 4, p. 397-418, 1997b.

ASSIS, Arthur Alfaix. **What is History for?** Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography. New York: Berghahn, 2014.

BOLINGBROKE. Cartas sobre o estudo e a utilidade da história. **História da Historiografia**, n. 28, p. 319-334, 2018. [1752]

BOUTON, Christophe. Learning from history. The Transformations of the Topos "historia magistra vitae" in Modernity. **Journal of the Philosophy of History**, 2018, no prelo.

BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France, and on the Proceedings of certain Societies in London**. London: J. Dodsley, 1790.

CARR, Edward. **Que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [1961].

COLLINGWOOD, Robin. **A ideia de história**. Lisboa: Presença, 1994 [1946].

DICKINSON, Harry T. Henry Saint John, 1st Viscount Bolingbroke. *In*: **Encyclopædia Britannica**, 2018. Disponível em: //academic-eb-britannica.ez54.periodicos.capes.gov.br/levels/collegiate/article/Henry-Saint-John-1st-Viscount-Bolingbroke/80486. Acesso em: 10 mar. 2018.

DICKINSON, Harry T. **Bolingbroke**. London: Constable, 1970.

DROYSEN, Johann Gustav. **Historik**, Band 1 (ed. Peter Leyh). Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1977 [1857].

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI** – A religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1942].

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008 [1972].

GRAFTON, Anthony. **What was History?** The Art of History in Early Modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HEATH, Malcolm. Pseudo-Dionysius Art of Rhetoric 8-11: Figured Speech, Declamation and Criticism. **American Journal of Philology**, Vol. 124, p. 81-105, 2003.

HICKS, Philip. Bolingbroke, Clarendon, and the Role of Classical Historian. **Eighteenth-Century Studies**, Vol. 20, No. 4, p. 445-471, 1987.

JENSEN, Anthony. **An Interpretation of Nietzsche's "On the Uses and Disadvantage of History for Life"**. New York: Routledge, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae* – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento [1967]. In: **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 41-60.

KRAMNICK, Isaac. **Bolingbroke and his Circle**. The Politics of Nostalgia in the Age of Walpole. Ithaca: Cornell University Press, 1992.

LANDFESTER, Rüdiger. **Historia Magistra Vitae**.

Untersuchungen zur humanistischen Geschichtstheorie des 14. bis 16. Jahrhunderts. Genève: Librairie Droz, 1972.

LASHMORE-DAVIES, Adrian. Introduction to the Correspondence of Henry St. John and Sir William Trumbull, 1698-1710. **Eighteenth-Century Life**, Vol. 32, No. 3, p. 1-19, 2008.

NADEL, George. Philosophy of History before Historicism. **History and Theory**, Vol. 3, No. 3, p. 291-315, 1964.

NADEL, George. New Lights on Bolingbroke's Letters on History. **Journal of the History of Ideas**, Vol. 23, No. 4, p. 550-557, 1962.

NIETZSCHE, Friedrich. Segunda consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida [1874], *In: Escritos sobre história* (org. Noéli Correia de Melo Sobrinho). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005, p. 67-178.

POCOCK, John. **The Machiavelian Moment**. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

REILL Peter Hanns; WILSON, Ellen Judy. **Encyclopedia of the Enlightenment**. New York: Facts on Files, 2004.

REYNOLDS, Beatrice. Shifting Currents in Historical Criticism. **Journal of the History of Ideas**, Vol. 14, No. 4, p. 471-492, 1953.

SKINNER, Quentin. **Visions of Politics**, Vol III: Renaissance Virtues. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

WHITE, Hayden. As ficções da representação factual [1976]. *In: Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001, p. 137-152.

## AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

### **Arthur Alfaix Assis**

arthurassis@unb.br

Doutor pela Universidade de Witten/Herdecke, Alemanha

Professor associado da Universidade de Brasília

RECEBIDO EM: 10/03/2018 | APROVADO EM: 15/06/2018